



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO
CNPJ Nº. 05.131.180/0001-64 – Fone: (93) 3547-3044
Rua Dep. Raimundo Chaves, 338, Centro – CEP: 68.250-000

LEI Nº 4.188, de 13 de dezembro de 2012.

Dá nova redação à Lei Municipal nº
3.081, de 08/10/1991, que instituiu
o Conselho Municipal da Saúde.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ÓBIDOS**, Estado do Pará.

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL** aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Municipal nº. 3.081, de 08/10/1991, que instituiu o Conselho Municipal de Saúde, passa a vigorar com a seguinte redação.

CAPITULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 2º Fica criado nos termos da legislação federal, estadual e municipal que regem a matéria, o Conselho Municipal de Saúde - CMS, órgão colegiado de composição paritária, caráter permanente, deliberativo, normativo, e fiscalizador, como co-responsável pelo Sistema Único de Saúde – SUS – no Município de Óbidos, com o objetivo de assegurar o direito à saúde e à qualidade de vida das pessoas mediante a efetiva participação da comunidade organizada na gestão da política de saúde, sem prejuízo das funções dos demais poderes legalmente constituídos.

CAPITULO II
Da Finalidade e Competências

Art. 3º O Conselho Municipal de Saúde tem por finalidade atuar na formulação da política global de saúde para o Município de Óbidos e determinar sua execução, deliberando sobre normas regulamentares, técnicas, padrões e outras medidas de caráter operacional.

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Saúde – CMS:

- I – atuar na formulação de estratégias e no controle da política de saúde, incluído os aspectos econômicos e financeiros, que serão fiscalizados mediante o acompanhamento da execução orçamentária;
- II – articular-se com os demais órgãos colegiados do Sistema Único de Saúde, das esferas federal e estadual de governo visando o aprimoramento do Sistema Municipal de Saúde;
- III – organizar e normatizar as diretrizes estabelecidas na Conferência Municipal para a elaboração do Plano Municipal de Saúde, adequando-se à realidade epidemiológica e à capacidade organizacional dos serviços;
- IV – propor adoção de critérios que definam padrão de qualidade e melhor resolubilidade das ações e serviços de saúde, verificando, também, o processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área;
- V – propor critérios para a programação e execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a movimentação de recursos;
- VI – analisar e deliberar sobre as contas dos órgãos integrantes do SUS;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

CNPJ Nº. 05.131.180/0001-64 – Fone: (93) 3547-3044
Rua Dep. Raimundo Chaves, 338, Centro – CEP: 68.250-000

- VII – propor medidas para o aperfeiçoamento da organização e do funcionamento do Sistema Único de Saúde no Município;
- VIII – examinar propostas e denúncias, responder a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e serviços de saúde, bem como apreciar e deliberar sobre as mesmas;
- IX – acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das ações e serviços de saúde prestados à população pelos órgãos e entidades públicas e privados, integrantes do SUS no Município, impugnando aqueles que, eventualmente, contrariarem as diretrizes da política de saúde ou organização do sistema;
- X – incentivar e defender a municipalização de ações, serviços e recursos de saúde, como forma de descentralização de atividades;
- XI – solicitar informações de caráter operacional, técnico-administrativo, econômico-financeiro, de gestão de recursos humanos e outros que digam respeito à estrutura e licenciamento de órgãos públicos e privados, vinculados ao SUS;
- XII – divulgar e possibilitar à população e às instituições públicas e privadas, o amplo conhecimento do SUS no Município;
- XIII – Definir os critérios para elaboração de contratos ou convênios, entre o setor público e as entidades privadas, no que tange a prestação de serviços de saúde;
- XIV – apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior, acompanhar e controlar o seu cumprimento;
- XV – estabelecer diretrizes quanto à localização e ao tipo de unidade prestadora de serviços públicos e privados, no âmbito do SUS;
- XVI – promover articulação com os órgãos de fiscalização do exercício profissional e outras entidades representativas da sociedade civil, para definição e controle dos padrões éticos, para pesquisa e prestação de serviços de saúde;
- XVII – promover articulações entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior, com finalidade de propor prioridades, métodos e estratégias para a formação de educação continuada dos recursos humanos do SUS, assim como a pesquisa e a cooperação técnica entre essas instituições;
- XVIII – elaborar e aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde bem como as propostas de sua modificação e encaminhá-lo à homologação do Secretário Municipal de Saúde e publicação no diário oficial do município;
- XIX – Propor ao gestor, as convocações das Conferências Municipais de Saúde ou convocá-las quando o mesmo não o fizer, no mínimo, a cada dois anos;
- XX – Analisar e dar pareceres sobre as matérias recebidas, oriundas da Secretaria Municipal de Saúde, bem como, pelos conselheiros, cidadãos e sociedade civil organizada;
- XXI – Apresentar, anualmente, relatório de atividades à Comissão de Saúde da Câmara Municipal, Secretaria Municipal de Saúde, à Promotoria e à sociedade organizada;
- XXII - Criar canais de comunicação e sugestões sobre saúde junto à população;
- XXIII - Dar publicidade aos atos e deliberações emanados do conselho, publicando-os, nos meios de comunicação oficiais e particulares;
- XXIV - Deliberar sobre a política de recursos humanos para o Sistema Municipal de Saúde em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUS;
- XXV- Deliberar sobre o Plano Municipal de Investimentos no Sistema de Saúde;
- XXVI - Propor e aprovar diretrizes para elaboração da Política Municipal de Saúde em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.
- XXVII – Outras atribuições estabelecidas em normas complementares.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO
CNPJ Nº. 05.131.180/0001-64 – Fone: (93) 3547-3044
Rua Dep. Raimundo Chaves, 338, Centro – CEP: 68.250-000

CAPITULO III
Da Organização, Composição, Eleição e Funcionamento.

Art. 5º O Conselho Municipal de Saúde de Óbidos tem a seguinte organização:

- I – Plenário
- II – Mesa Diretora
- III – Comissões Intersetoriais, Grupos de Trabalho e,
- IV – Secretária Executiva

Parágrafo único – As Instâncias a que se refere o caput deste artigo serão regulamentadas no Regimento Interno.

Art. 6º A composição do Conselho Municipal de Saúde terá paridade conforme o art. 1º, § 4º da Lei Federal nº. 8.142/90 e Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº. 333/2003, sendo:

- I – 06 (seis) membros de entidades representativas do segmento de usuários;
- II – 03 (três) membros de entidades representativas do segmento dos trabalhadores da saúde e;
- III – 03 (três) membros de entidades e instituições representativas do segmento de gestores e prestadores de serviços.
 - a) O segmento designado como Poder Público no Sistema Único de Saúde Municipal será composto por 02 (dois) representantes indicados pelo Gestor Municipal de Saúde, sendo membro nato o (a) Secretário (a) Municipal de Saúde de Óbidos.
 - b) O seguimento de Prestadores de Serviços será composto de 01 (um) representante de organismos ou de entidades públicas ou privadas, que atuam no setor de assistência à saúde, prestando serviço e atendendo a população sediada no Município de Óbidos.

Parágrafo único – A mesa diretora será composta por quatro (04) membros assim distribuídos: Presidente, Vice-presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

Art. 7º A eleição do Conselho Municipal de Saúde será realizada através de Conferência Municipal de Saúde e ou Plenária de saúde convocada para esse fim e, as representações serão de entidades e instituições legalmente constituídas, podendo as mesmas, elegerem ou indicarem seus representantes, conforme seus estatutos, para compor o Plenário do Conselho Municipal de Saúde.

- I - O número de conselheiros será de 12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes.
- II - A ocupação de cargos de confiança ou de chefia que interfiram na autonomia representativa do conselheiro usuário, deve ser vetado como impedimento da representação do segmento.
- III - A participação do Poder Legislativo e Judiciário não cabe no Conselho de Saúde, em face da independência entre os Poderes.
- IV - A função de Conselheiro é de relevância pública e, portanto, garante sua dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro, durante o período das reuniões, capacitações e ações específicas do Conselho de Saúde.
- V - A eleição da Presidência do Conselho Municipal de Saúde de Óbidos será diretamente realizada pela Plenária do Conselho;
- VI - É vedada a eleição do (a) Secretário (a) Municipal de Saúde para a presidência do Conselho Municipal de Saúde.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO
CNPJ Nº. 05.131.180/0001-64 – Fone: (93) 3547-3044
Rua Dep. Raimundo Chaves, 338, Centro – CEP: 68.250-000

Art. 8º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde será de 2 (dois) anos, renovável por igual período, cumprindo-lhe exercer suas funções até a designação de seus substitutos.

§1º Esta determinação cabe apenas ao titular pessoa física, estando a entidade a qual representa livre para reeleições sucessivas desde que substituído o titular no próximo pleito ao final de 4 (quatro) anos.

§ 2º Os conselheiros, eleitos ou indicados para compor o Plenário do Conselho Municipal de Saúde, serão formalmente encaminhados à Secretária Executiva do Conselho pelas entidades que representam homologados pelo secretário municipal de saúde;

Art. 9º A função de Conselheiro do Conselho Municipal de Saúde, é considerada de interesse público e não será remunerada.

§ 1º- O Conselheiro Municipal de Saúde no exercício de suas atribuições e prerrogativas estará sujeito às normas que regem os servidores públicos em geral, no que couber;

§ 2º- O presente artigo não inviabiliza ao Conselheiro Municipal a garantia do desempenho de suas funções.

Art. 10 O funcionamento do Conselho Municipal de Saúde será conforme o Regimento Interno que respeitará:

§ 1º - No caso de afastamento temporário ou definitivo dos titulares, automaticamente assumirá o suplente, até que, a formalização da substituição seja concluída pela entidade ou instituição detentora do mandato.

§ 2º - O conselheiro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a três (03) reuniões seguidas ou a cinco (05) intercaladas no período de um (01) ano será substituído automaticamente, pelo pleno.

§ 3º - Todos os membros da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde serão eleitos pelos seus pares em reunião do Plenário convocada, especificamente, para essa finalidade.

§ 4º - O Conselho reunir-se-á ordinariamente, no mínimo 01 (uma) vez por mês e extraordinariamente na forma regimental. -

§ 5º - As reuniões do Conselho Municipal de Saúde instalar-se-ão conforme critério regimental quanto à convocação e quorum.

§ 6º - As deliberações do Plenário obedecerão a critério regimental quanto, à formalidade documental e o rito.

CAPITULO IV
Das Disposições Finais

Art. 11 Nos termos do art. 1º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº. 8.142, as decisões do Conselho Municipal de Saúde deverão ser homologadas pelo Secretário Municipal de Saúde, na forma regimental.

Parágrafo único - As decisões do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciadas em Resoluções, Recomendações e Moções, cabendo à Secretaria Municipal de Saúde, tomar as medidas administrativas necessárias para sua efetivação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO
CNPJ Nº. 05.131.180/0001-64 – Fone: (93) 3547-3044
Rua Dep. Raimundo Chaves, 338, Centro – CEP: 68.250-000

Art. 12 A Secretaria Municipal de Saúde através de sua dotação orçamentária destinará os recursos humanos, financeiros, espaço físico e materiais necessários ao pleno e regular funcionamento do CMS e lhe dará o suporte técnico-administrativo necessário sem prejuízo de outros meios de colaboração da comunidade e instituições.

§ 1º - Será assegurado a todos os conselheiros do CMS, o custeio de despesas de deslocamento e manutenção quando no exercício de suas funções.

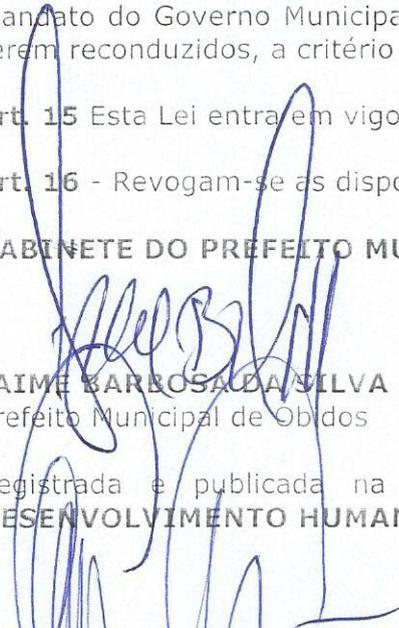
Art. 13 Considerar-se-ão parceiras do Conselho Municipal de Saúde todas as pessoas físicas e jurídicas dos segmentos de usuário, trabalhadores da saúde e gestores, públicos, filantrópicos e conveniados.

Art. 14 Nos termos da Terceira Diretriz da Resolução nº. 333/2003-CNS o mandato das entidades será definido no Regimento Interno do Conselho, não devendo coincidir com o mandato do Governo Municipal, tendo a duração de dois anos, podendo os conselheiros serem reconduzidos, a critério das respectivas representações.

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÓBIDOS, 13 de dezembro de 2012.


JAIME BARBOSA DA SILVA
Prefeito Municipal de Óbidos

Registrada e publicada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO**, em 13 de dezembro de 2012.


GENEVALDO GOMES DE ARAÚJO
Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Humano

Deus Seja Louvado